



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

Atendendo aos elevados preços e rendas dos prédios privados em Macau, muitos residentes consideram a habitação pública como a única saída para viverem felizes. Porém, ao longo dos anos, tem sido grave a questão da procura de habitação pública, em particular de habitação económica, que tem sido maior do que a oferta. Sempre que se abrem concursos para a habitação económica, todos correram a candidatar-se. Por exemplo, quando foi anunciada pelo Governo, recentemente, a abertura de concurso para as 3011 habitações económicas na Zona A dos novos aterros, logo no primeiro dia foi enorme o número de residentes que correu até ao Instituto de Habitação (IH) para buscar os formulários. Porém, as obras ainda nem sequer foram iniciadas, e apesar de se ter aberto o concurso, não há habitações. As candidaturas podem ser admitidas, mas os candidatos não vão conseguir ter uma casa a curto prazo, por isso, isto não vai resolver os problemas habitacionais dos residentes.

Já foram emitidas as plantas de condições urbanísticas da habitação económica na Avenida Wai Long e dos 25 terrenos na Zona A dos novos aterros, envolvendo cerca de 29 500 habitações públicas. Solicito ao Governo que acelere a construção para responder, efectivamente, às necessidades habitacionais da sociedade. Mais, deve aproveitar, activamente, os 77 terrenos cuja concessão foi declarada caducada nos termos da lei, e os terrenos que já foram oficialmente recuperados, com mais de 230 mil m², para o planeamento de novos projectos de habitação pública. Sempre que a reserva de terrenos seja suficiente, o Governo deve avançar com estudos

IO-2019-11-28-Leong Sun lok (P) SL-APN



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

sobre a viabilidade de novas tipologias de habitação, a fim de ajudar a classe média a adquirir casa e a viver feliz.

Em 2016, o Governo estimou, com base na situação social de Macau, as necessidades de habitação pública para os próximos 10 anos, prevendo que, até 2026, a respectiva oferta seria maior do que a procura. Porém, muitos projectos do plano geral de construção de habitação pública constante desse relatório não foram, por diversos motivos, concretizados, conforme previsto, e até foram reduzidos ou suspensos. Mais, como o Governo ajustou, nestes últimos anos, os limites de rendimento e de património dos candidatos à habitação pública, é de crer que mais residentes reúnam os requisitos. Face ao aumento da procura e à redução da oferta, duvida-se que a oferta de habitação pública consiga satisfazer, em 2026, as necessidades sociais. Pelo exposto, o Governo deve proceder a uma nova avaliação das necessidades de habitação pública.

Continuam por resolver a lentidão da celebração das escrituras da habitação económica e a situação das pessoas sem casa, nem económica, nem social, nem sequer privada. Depois do recente ajustamento dos limites de rendimento e de património dos candidatos à habitação económica, o limite mínimo de rendimento beneficiou dum aumento significativo, e em relação ao limite mínimo do rendimento, vai ser aplicado um regime progressivo de cálculo, consoante o número de elementos do agregado familiar. Com este novo regime, algumas famílias das camadas mais desfavorecidas vão perder a qualificação para a candidatura à habitação económica, e se o limite do seu património ultrapassar o definido para a candidatura à habitação social, vão

IO-2019-11-28-Leong Sun lok (P) SL-APN



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

perder a qualificação para a candidatura à habitação pública, económica e social, formando-se assim um grupo sem casa, nem económica, nem social, nem sequer privada. O Governo afirmou que ia estudar formas para resolver as necessidades habitacionais deste grupo, porém, até ao momento nada se viu. Depois de vários anos de espera, os promitentes-compradores de habitação económica, nomeadamente, dos edifícios Fai Ieng, Cheng Tou, e do Bairro da Ilha Verde, ocuparam sucessivamente as suas habitações, em Outubro e Novembro do ano passado, porém, ainda não celebraram as escrituras, e muitos estão preocupados com a possibilidade de as suas habitações serem recuperadas devido a vários factores; esperam então que os diversos serviços competentes partilhem das suas preocupações e acelerem os processos administrativos, para facilitar a emissão, pelo IH, do termo de autorização para celebração das escrituras e se poder, assim, iniciar os respectivos processos, por forma a evitar a repetição de situações de indeferimento devido a alterações nos agregados familiares.

Pelo exposto, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. O número das fracções do concurso à habitação económica é reduzido e não consegue responder às necessidades sociais. Como o Governo já planeou alguns projectos de habitação pública, deve então acelerar a respectiva construção, para se poderem abrir mais concursos para a habitação económica. O Governo já definiu o calendário da construção e conclusão dos projectos de habitação pública em geral e da abertura de novos concursos?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Com as mudanças de alguns projectos de habitação pública previstos e com os ajustamentos dos limites de rendimento e de património para os candidatos à habitação pública, a oferta e a procura sofreram mudanças. As autoridades vão então reavaliar as necessidades de habitação pública? Como é que vão perfazer a quantidade em falta?

3. O problema da celebração das escrituras da habitação económica deve-se à falta de comunicação e coordenação entre os diversos serviços públicos. Para evitar o longo tempo de espera dos promitentes-compradores de habitação económica, de que medidas dispõem as autoridades para acelerar a celebração das escrituras? Nos termos do regime vigente, alguns residentes cumprem o limite de rendimento definido para a candidatura à habitação social, porém, como o seu património ultrapassa o limite, não têm qualificação para a candidatura à habitação quer económica quer social. Como não têm capacidade económica para comprar fracções em prédios privados, cria-se um grupo de pessoas sem casa, nem económica, nem social, nem sequer privada. Como é que o Governo vai resolver as necessidades habitacionais desses residentes? Quando é que vai avançar com o estudo sobre a viabilidade de novas tipologias de habitação?

28 de Novembro de 2019

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Leong Sun lok**

IO-2019-11-28-Leong Sun lok (P) SL-APN